

POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS EM MINAS GERAIS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: DEBATES CIENTÍFICOS E A GESTÃO DAS EMANCIPAÇÕES E DOS LIMITES MUNICIPAIS¹

Renato Somberg Pfeffer²

Aliane Maria Motta Baeta³

Mariana Oliveira Cruz⁴

Resumo

O artigo objetiva analisar as principais atividades relacionadas às políticas públicas territoriais de Minas Gerais após a extinção da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) do estado, em 1898, até o processo de sua recomposição na década de 1920. Após uma breve síntese da atuação da CGG entre 1891 e 1898, o ensaio enfatiza as iniciativas cartográficas em curso nas primeiras três décadas do século XX, os discursos que fortaleceram o campo científico dessa área do conhecimento à época e a gama de interesses que ensejaram a reestruturação da referida Comissão. Dada a carência de estudos historiográficos sobre essa temática, pretende-se aprofundar a compreensão das incipientes atividades relacionadas aos serviços geográficos e geológicos do estado por meio da análise de fontes primárias e secundárias, considerando que tais programas eram essenciais para a fixação da identidade estadual e para a materialização de projetos governamentais, entre eles, a gestão das emancipações e dos limites municipais.

Palavras-chave: Políticas territoriais. Minas Gerais. Serviço geográfico. Debates científicos. Emancipações. Limites municipais.

Abstract

The article aims to analyze the main activities related to public territorial policies in Minas Gerais after the state's Geographical and Geological Commission (CGG) was abolished in 1898, until it was re-established in the 1920s. After a brief overview of the CGG's activities between 1891 and 1898, the essay emphasizes the cartographic initiatives underway in the first three decades of the 20th century, the discourses that strengthened the scientific field of this area of knowledge at the time and the range of interests that led to the restructuring of the aforementioned Commission.

¹ Órgão de fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

² Doutor em Filosofia, Tecnologia e Sociedade; pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro. E-mail: renato.pfeffer@fjp.mg.gov.br

³ Mestre em Tratamento da Informação Espacial; pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro. E-mail: aliane.baeta@fjp.mg.gov.br

⁴ Graduada em História; Bolsista Fapemig. E-mail: mari.olivercruz@hotmail.com

Given the lack of historiographical studies on this subject, the aim is to deepen the understanding of the incipient activities related to the state's geographic and geological services, through the analysis of primary and secondary sources, considering that these programs were essential for establishing the state's identity and for the materialization of government projects, including the management of emancipations and municipal boundaries.

Keywords: Territorial policies. Minas Gerais. Geographic service. Scientific debates. Emancipations. Municipal boundaries.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar as principais atividades relacionadas aos serviços geográficos de Minas Gerais após a extinção da Comissão Geográfica e Geológica (CGG) do estado, em 1898, até o processo de sua reestruturação na década de 1920. O ensaio enfatiza as iniciativas cartográficas em curso neste período, os discursos que fortaleceram o campo científico dessa área do conhecimento à época e a gama de interesses que ensejaram a recomposição da referida Comissão. Por meio da análise de fontes primárias e secundárias, pretende-se aprofundar a compreensão das políticas públicas territoriais mineiras nas três primeiras décadas do século XX, em especial no que tange à gestão das emancipações e dos limites municipais.

Composta por engenheiros, geólogos, meteorologistas e profissionais das mais diversas áreas do saber, a CGG mineira foi uma incipiente política pública estadual na área da geografia e da geologia. Fruto das reformas modernizantes empreendidas com a Proclamação da República, a Comissão tinha entre seus objetivos a elaboração de uma carta geral do território, o levantamento de informações sobre as riquezas energéticas, agrícolas e minerais e a resolução das questões de limites do estado, pendentes desde o período imperial (Minas Gerais, 1892). Entretanto, em decorrência de uma crise econômica e financeira, o governador Francisco Silviano de Almeida Brandão (1848-1902), eleito em 1898, foi forçado a adotar uma política centralizadora que efetuou cortes profundos nos investimentos públicos (Wirth, 1982). Nesse contexto, a CGG, principal iniciativa cartográfica de Minas Gerais, foi considerada dispensável pelo governo (Minas Gerais, 1899).

Essa interrupção resultou em prejuízos significativos, pois as informações levantadas pela Comissão seriam utilizadas como base para a organização do estado nos moldes do regime federativo, estabelecido pela Constituição de 1891, e para o planejamento de outras políticas públicas por parte dos gestores estaduais. A extinção da CGG, porém, não significou a paralisação dos trabalhos, que continuaram sendo realizados, embora subordinados a outros órgãos do estado e com pouco prestígio, até a recomposição da Comissão na década de 1920. É justamente esse período, em que as atividades relacionadas à extinta Comissão careciam de autonomia, que este texto pretende discutir.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de perceber a configuração de um território como uma ferramenta de organização e materialização de projetos governamentais e de uma identidade específica. Nesse sentido, o conhecimento do estado de Minas Gerais, das riquezas a serem exploradas e suas zonas limítrofes, tanto interestaduais como intermunicipais, relacionam-

se com a construção de uma identidade coesa e também com o desenvolvimento de um aparato técnico-científico compatível com os anseios da modernidade republicana que se pleiteava.

Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas como fontes primárias, entre outras, a legislação pertinente ao tema e os discursos proferidos por autoridades e pela elite científica brasileira da época, destacando-se os nomes de Francisco de Paula Rocha Lagoa Filho (1895-1975), Arthur da Silva Bernardes (1875-1955), Joaquim Cândido da Costa e Sena (1852-1919), Orville Adalbert Derby (1851-1915) e Francisco Bhering (1867-1924). As fontes secundárias, por sua vez, foram fundamentais para se obter informações sobre a evolução histórica da CGG e sobre as transformações territoriais ocorridas no período.

O texto está dividido em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção será feita uma breve contextualização das realizações da CGG entre 1891 e 1898. Na segunda seção serão apresentadas as principais atividades desenvolvidas pelo serviço geográfico de Minas Gerais desde 1899 até 1920, período em que o órgão perdeu sua autonomia e o setor se ressentia da perda de pessoal e da falta de recursos. Na terceira seção serão analisadas as disputas fundamentais presentes na construção dos campos científicos envolvidos nos trabalhos de leitura e classificação do território no início da República. O ganho de legitimidade dessas áreas do saber vai culminar no que será discutido na quarta seção, em que serão apresentados os fatores que levaram Minas Gerais a promover um reinvestimento na CGG na década de 1920.

2 BREVE HISTÓRIA DA CGG MINEIRA ENTRE 1891 E 1898

Nos primeiros anos da República, Minas Gerais dependia de outros estados para o escoamento de seus produtos e sua coesão era ameaçada pela desarticulação e desenvolvimento desigual de suas regiões (Wirth, 1982). Isso fez com que seus dirigentes priorizassem a questão geopolítica no processo de construção da ordem republicana, dedicando-se à ordenação do espaço paisagístico, territorial e populacional sob um olhar técnico e científico, com ênfase nas políticas de reconhecimento e mapeamento do território, além da criação de programas estatísticos e cartográficos (Gomes, 2015).

Como desdobramento de extensas reformas administrativas, foi criada em 12 de fevereiro de 1891, pela Lei Estadual nº 368, a Comissão Estadual de Exploração Geográfica (Ceeg), que tinha entre seus objetivos o levantamento e produção da carta geral do estado, estudos sobre cursos de água, clima e demais riquezas existentes (Minas Gerais, 1892). Sob a direção do engenheiro

Augusto Abreu Lacerda (1860-1897)⁵ a Comissão instalou-se em Barbacena e começou a medição da primeira base geodésica em Várzea do Marçal, próxima a São João del Rei. Os trabalhos eram orientados por processos metodológicos rigorosos e, aos poucos, as medições se irradiaram por todo o território mineiro⁶.

No ano de 1892, a CEGG passou a ser responsável pelos estudos geológicos e seu nome foi alterado para Comissão Geográfica e Geológica (CGG). Dois anos depois, assume a incumbência dos estudos referentes aos limites municipais e interestaduais, pendentes desde o Império. Em 1895, Lacerda é substituído na direção do órgão por Álvaro Astolfo da Silveira (1867-1945), e, no ano seguinte, ocorre a publicação da primeira carta topográfica estadual, a *Folha Barbacena*, em escala 1:100.000 (Amado, 1996).

Em vista da crise financeira e econômica, gerada pela diminuição substancial das receitas orçamentárias estaduais relacionada à desvalorização dos preços internacionais do café e do câmbio, o governo estadual extinguiu a CGG em 1898. Foram mantidos apenas os trabalhos relacionados à questão dos limites territoriais, que foram integrados à Secretaria de Agricultura. Durante sua existência, a Comissão publicou dez folhas topográficas que cobriam uma área de 22.180 km², totalizando quase 70 mapas, em escala 1:100.000, com esmero técnico e elevado padrão gráfico-visual. Segundo Amado (1996), um empreendimento tão ambicioso jamais havia sido realizado em outros estados brasileiros.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS EM MINAS GERAIS ENTRE 1899 E 1920

O ano de 1899 inaugurou um período de reformulação das políticas públicas territoriais em Minas Gerais (Gomes, 2015). Em virtude da drástica interrupção das atividades da CGG no ano anterior, foram necessárias novas iniciativas que respondessem às antigas demandas de organização do território, principalmente com as novas configurações sociais provenientes do regime federalista recém implantado com a Proclamação da República em 1889. Esse sistema transformou os

⁵ Lacerda havia trabalhado na Comissão Geográfica e Geológica paulista, fundada em 1886, e utilizou a experiência adquirida nesse serviço para conduzir os trabalhos de mapeamento em Minas. Aproximavam as comissões mineira e paulista na tentativa de agrupar em uma mesma carta leituras geográfica, geológica, topográfica e geodésica, além da opção pelo pragmatismo de resultados. Por outro lado, de acordo com Lúcio (2014), essas comissões possuíam uma diferença marcante: enquanto a comissão mineira tinha o papel de mediar os distintos interesses políticos e econômicos sub-regionais, a comissão paulista visava atender os interesses específicos do setor hegemônico do estado, a cafeicultura.

⁶ Essa decisão foi baseada em uma questão geopolítica, visto que as duas regiões eram consideradas eixos de progresso e localizavam-se no centro do estado, onde se exercia o controle do aparato político e administrativo. A ampliação das atividades ocorreu inicialmente na direção sul, expressando que a expansão dos serviços públicos foi direcionada às zonas economicamente mais dinâmicas.

antigos territórios provinciais em estados e também garantiu vastos poderes administrativos e de organização. Como consta no art. 4º da Carta Constitucional de 1891,

[...] os estados poderiam incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos estados, mediante aquiescência das respectivas Assembleias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e aprovação do Congresso Nacional (Brasil, 1891).

Ainda, no que se refere à gestão administrativa, previa essa Constituição, em seu art. 9º, a possibilidade de os estados construírem uma base tributária própria por meio da exportação de itens produzidos por eles, sobre imóveis urbanos e rurais, empresas e profissões, entre outros.

A autonomia estadual conquistada com a nova legislação federal também possibilitou o surgimento de novos arranjos na estrutura de poder do país, como foi o caso da “política dos governadores”. Idealizada pelo presidente da República Manoel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), que governou o país entre 1898 e 1902,

[...] esta “política” acabou por se tornar o embrião do período posterior caracterizado como política “café com leite”, evidenciando a assimetria entre a distribuição de poderes entre os estados e que acabou favorecendo as maiores economias regionais da época, São Paulo e Minas Gerais (Favato, 2018, p. 21-22).

Sobre os municípios, pode-se dizer que, apesar do art. nº 68 da Constituição prever que os estados organizar-se-iam de forma que ficasse assegurada a autonomia municipal em tudo quanto respeitasse ao seu interesse peculiar (Brasil, 1891), prevaleceu majoritariamente o interesse das oligarquias rurais, predominando entre as administrações estaduais o pensamento centralista, e, não raro, os presidentes do estado sendo os responsáveis pelas nomeações dos prefeitos em vários municípios. O caráter pouco específico dos artigos citados dificultou o entendimento dos limites e possibilidades da ação municipal na União e do que se entendia como princípio dessa autonomia.

Essa legislação é a base para compreender a organização do serviço geográfico mineiro e o processo de emancipações municipais que ocorreu no início do século XX. Na medida em que a Carta Constitucional não oferecia grandes subsídios para tratar da questão territorial, a possibilidade separatista, agora prevista legalmente, fez complexificar a situação de desintegração política e econômica do estado, que já enfrentava a concorrência de interesses entre suas sub-regiões. A falta de um programa geográfico específico após a extinção da CGG só trouxe prejuízos ao estado, que vivia um cenário geral de desestruturação do projeto modernizador pleiteado com a Proclamação da República e todas as reformas produzidas nesse âmbito (Gomes, 2015).

Esse quadro se agravou com a extinção da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1901, devido ao regime de severas economias de Silviano Brandão. Essa secretaria era a

responsável pelos poucos trabalhos preservados após a extinção da CGG, relacionados à questão dos limites territoriais. Com sua extinção, os serviços de Repartição de Terras, Serviço de Estatística e a Seção de Limites foram absorvidos pela Secretaria do Interior, enquanto a Secretaria de Finanças ficou responsável pelos serviços referentes a obras públicas e viação. Em 1903 é criada a Diretoria de Obras Públicas, subordinada à Secretaria de Finanças, para a qual todos os serviços foram transferidos, com exceção dos serviços de estatística.

Em meio a esse turbilhão administrativo e na busca pela solução de questões inconclusas, ainda foram aprovadas uma série de medidas legais, oriundas das discussões no âmbito da regularização das terras devolutas e da exploração dos recursos energéticos e minerais do estado, que haviam sido intensamente debatidas no final do século XIX (Gomes, 2015). Destacam-se, nesse contexto, a implantação do imposto territorial em 1899, a aprovação do regulamento de terras em janeiro de 1900 e, um ano mais tarde, a aprovação da Lei nº 319, que criou novos municípios e também alterou as divisas intermunicipais, tornando possível a série de emancipações que ocorreram a partir da referida norma (Furtado, 2007).

Apesar da inexistência de um órgão cartográfico autônomo em Minas Gerais entre 1899 e 1920, e também da falta de recursos e de uma equipe de trabalho completa, 52 municípios foram criados nesse período⁷. A evolução numérica dos municípios emancipados pode ser observada na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Número de municípios criados por data – Minas Gerais

Período / data	Nº de municípios criados	Total de municípios
Antes da Proclamação da República	113	113
1890	09	122
1891	03	125
1897	01	126
1901	12	138
1911	37	175
1914	01	176
1916	02	178
1923	34	212
1927	01	213
1936	02	215
1937	01	216
1938	72	288

⁷ Embora seja possível identificar o número de municípios criados, a documentação escassa dificulta a investigação minuciosa acerca das verdadeiras motivações de cada processo emancipatório. É interessante notar que enquanto a Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais existiu, entre 1891 e 1898, foram fundados apenas três municípios (Eugenópolis e Alvinópolis em 1891 e Belo Horizonte em 1897, sendo que um quarto município, Nova Lima, ganhou autonomia uma semana antes da promulgação da Lei nº 368 de 1891 que instituiu a Comissão). No período em que as atividades da Comissão estiveram subordinadas a outros órgãos, entre 1898 e 1920, 52 municípios foram emancipados. Reestruturada em 1920, a CGG foi responsável pelo surgimento de 35 novos municípios. O crescimento substancial de municípios na década de 1930, marcadamente em 1938, relaciona-se ao Decreto-Lei Federal nº 311 de 1938 instituído pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954).

Fonte: Elaboração dos autores a partir da base de dados da Fundação João Pinheiro.

Embora seja significativo o número de municípios criados na fase destacada, os poucos investimentos do governo estadual fizeram com que as iniciativas cartográficas da administração pública concentrassem seus esforços nas zonas limites do estado, priorizando as fronteiras e a medição das terras devolutas em detrimento da carta geral de Minas Gerais. É como se a estabilidade propiciada pela “política dos governadores” tivesse, ao mesmo tempo, “refreado as forças dinamizadoras e modernizadoras na gestão territorial e dos recursos naturais do estado, as quais impulsionam as políticas cartográficas” (Gomes, 2015, p. 136).

A resolução dos problemas nas zonas fronteiriças oscilou de estratégias e definições técnicas, próprias da Secretaria de Agricultura, extinta em 1901, para as negociações jurídico-políticas, oriundas das pastas do interior e das finanças, as quais se destinaram a tais serviços nos anos seguintes. Não havia um procedimento técnico-científico específico servindo como fio condutor das negociações, como acontecia quando a CGG ainda existia em fins do século XIX. Dependendo da conjuntura, faziam-se acordos ou a população era consultada, e, em circunstâncias mais críticas, os litígios eram remetidos ao Supremo Tribunal Federal (Gomes, 2015).

Como se observa na fala do engenheiro de minas Joaquim Cândido da Costa e Sena, ao assumir a presidência do estado de Minas Gerais em 1902, após o falecimento de seu antecessor Silviano Brandão, a solução das disputas entre os estados precisava ser reorganizada,

[...] logo que os permitam as rendas estaduais, porque se os levantamentos topográficos não criam nem destroem direitos, constituem, entretanto, um elemento essencial para a demarcação da verdadeira linha divisória (Minas Gerais, 1902, p. 8).

Esse senso de urgência levou Minas, em 1903, a nomear o engenheiro Augusto César de Vasconcelos (? -1908) para acompanhar os trabalhos de mapeamento das zonas limítrofes com o estado de São Paulo. Utilizando como estratégia a recuperação do antigo trabalho realizado pela CGG mineira, que tinha por base a rede de triangulação, o objetivo a ser alcançado era estabelecer os critérios de representação gráfica e solucionar os problemas existentes, sem que para isso fosse necessário alterar o direito sobre os territórios (Gomes, 2015).

Em meados de 1904 cerca de sete folhas desse trabalho já estavam bastante adiantadas, entretanto, as atividades foram interrompidas com a saída de Vasconcelos, que passou a se ocupar da resolução de limites territoriais com o estado do Rio de Janeiro. Como aponta Gomes (2015, p. 132): “mais uma vez seriam abandonados nos campos os marcos da triangulação e com eles o trabalho de mapeamento sistemático da região da fronteira”.

Outra iniciativa que se destaca nos primeiros anos do século XX em Minas Gerais, foi a fundação da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA) pelo ex-diretor da CGG mineira, Álvaro da Silveira. Fundada em 1909, a associação tinha por objetivo congregar e espelhar os interesses do ruralismo. Abrigando em sua diretoria representantes de diferentes grupos com interesses públicos e privados, a SMA buscava dirimir as divergências entre as elites políticas, técnicas e econômicas.

A SMA foi uma das responsáveis pela refundação, após nove anos de sua extinção, da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que passou a denominar-se Secretaria de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, pela Lei nº 516 de 30 de agosto de 1910 (Minas Gerais, 1910). A essa secretaria competia assuntos referentes à agricultura, indústria e comércio, além de serviços correlatos, como o de obras públicas, estatística, meteorologia, climatologia e química agrícola.

Entre as atribuições da Secretaria de Agricultura também estava prevista a produção da carta geral do estado, embora tal responsabilidade não constasse de forma específica na legislação que a instituiu. Conforme o relatório do então secretário de agricultura, José Gonçalves de Souza (1863-1927), ao presidente Júlio Bueno Brandão (1858-1931), em 1912, é possível reconhecer o caráter inadiável e necessário desse serviço:

Entre os serviços a cargo da Secretaria de Agricultura, há alguns cuja organização já era uma necessidade, desde muito, e torna-se cada vez mais inadiável. [...]. O levantamento da carta geográfica e geológica já foi um serviço iniciado em anos passados; mas que, por força das circunstâncias que não vêm ao caso recordar, fora suspenso e dele não se cogitou mais até hoje. É um serviço que pode ser feito com vagar e assim não exige grande dispêndio anualmente. O serviço que então ficou acabado, embora referente a uma pequena parte do nosso território, tem merecido entusiásticos elogios e as cartas são procuradas com empenho pelos interessados. Acresce ainda que esse serviço poderá ser recommçado de novo, de preferência nas zonas em que o nosso estado mantém questões de limites com os vizinhos, de modo a facilitar sem maiores delongas e despesas, a solução delas (Souza, 1912, p. 1).

Um ano após a recriação da Secretaria de Agricultura, a confecção da carta foi relegada à competência da Diretoria de Viação, pelo Decreto nº 3.160 de 17 de abril de 1911, que previa o desenho de um mapa de Minas constando suas vias férreas, as estradas de rodagem e também assinalasse onde ocorreriam as quedas d'água. Para tanto, deveriam utilizar os dados já existentes e também os que deveriam ser recolhidos e disponibilizados pelos engenheiros e demais responsáveis. O mapa seria uma espécie de compilado de informações com pouco rigor técnico, semelhante ao que se tinha durante o período imperial (Gomes, 2015).

Em contraposição ao caráter superficial e pouco detalhista que seria resultante do empreendimento previsto pela secretaria de Viação mineira, o trabalho mais notório de uma

cartografia de caráter realmente científico foram as atividades desenvolvidas pelo Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB), instituído pelo governo federal. Desde 1907, o SGMB mapeava partes do território mineiro, produzindo plantas, diagramas e fotos ilustrativas do estudo e trabalho realizado⁸.

Cabe mencionar que esse serviço foi instituído em um momento de hegemonia cafeeicultora, mas também em meio a necessidade de se avaliar o potencial das reservas minerais que pudessem fomentar a indústria siderúrgica nacional e de fazer propaganda desses recursos demonstrando a aplicabilidade dos conhecimentos produzidos. Essa iniciativa pode ser entendida como herdeira da metodologia de mapeamento das comissões mineira e paulista, e era comandada pela figura de Orville Derby.

De acordo com Gomes (2015), Derby buscava conciliar sua vocação para a pesquisa científica e o comando de instituições, programas e operações técnicas voltadas para a produção de um conhecimento prático e aplicado. A escassez de recursos, porém, impediu a permanência desse equilíbrio de objetivos entre ciência pura e aplicada, principalmente em um cenário internacional que já apontava para uma guerra de proporções mundiais. Após a publicação, em 1915, de um decreto que priorizava o lado econômico e prático das investigações, a SGMB passou a enfatizar as pesquisas voltadas para o aproveitamento econômico dos recursos minerais e outras fontes de energia, como o petróleo, o carvão e o potencial hidráulico.

4 PRINCIPAIS DISPUTAS NA CONSTRUÇÃO DOS CAMPOS CIENTÍFICOS ENVOLVIDOS NOS TRABALHOS DE LEITURA E CLASSIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Os trabalhos da CGG mineira em fins do século XIX foram eivados de polêmicas envolvendo os paradigmas científicos que os nortearam. Tais discussões não cessaram com a extinção do órgão em 1898, ao contrário, sobretudo devido à continuidade de atuação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, ganharam notoriedade e evidenciaram, principalmente, a controvérsia entre uma ciência pura *versus* aplicada.

O que estava em pauta era a disputa pela autoridade técnica. Isso porque os dirigentes das comissões e dos demais projetos executados nos anos iniciais da República eram fruto de diferentes escolas e campos disciplinares, como a engenharia, a estatística, a geologia, a astronomia, a botânica e a meteorologia, além de comungarem de ideais metodológicos e

⁸ O SGMB mapeou áreas que uniam tanto as regiões que a CGG mineira tinha explorado, quanto os territórios presentes na carta feita pela Comissão Construtora da Nova Capital, atividades estas que haviam se desenvolvido de forma paralela em fins do século XIX (Gomes, 2015).

científicos diversos. Dessa forma, cada grupo buscava a todo o tempo afirmar seu poder e prestígio nos trabalhos de leitura e classificação do território, o que tornava ainda mais complexa essa atividade, que por si, já era ambiciosa.

Partindo do princípio de que a ciência é dotada de historicidade, torna-se imprescindível entender as controvérsias científicas e a gama de interesses envolvidos em determinados contextos históricos (Condé, 2017). Essa premissa vale, certamente, para os eventos analisados nesse ensaio, visto que o conhecimento científico produzido naquela época dizia respeito ao processo decisório de desenvolvimento dos mapeamentos, à circulação de saberes técnicos variados e às conturbadas escolhas práticas envolvidas nos trabalhos de leitura e classificação do território (Gomes, 2015). Nesse ínterim, pode-se compreender melhor o que sustentava as bases do saber científico no período e, por conseguinte, perceber como as mudanças políticas, sociais, econômicas e científicas contribuíram para a retomada desse projeto por parte do governo de Minas Gerais na década de 1920.

As controvérsias científicas que ocorreram entre as elites científicas do país naquele momento desenvolveram-se em um contexto de intensa valorização das pesquisas nas áreas de geociências e em meio a ampliação dos espaços institucionais voltados a esse fim. Centrados na figura de Orville Derby, que atuava em defesa dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica paulista, e de Francisco Bhering, engenheiro e professor na escola politécnica de São Paulo, tais debates vão ser determinantes para o desenvolvimento das políticas cartográficas durante a Primeira República.

As críticas de Bhering à comissão paulista, apesar de muitas vezes focarem no trabalho de Orville Derby, eram direcionadas, de modo mais amplo, à própria tradição cartográfica brasileira, que havia falhado em produzir cartas que retratassem verdadeiramente o seu território (Gomes, 2015). Ele era contra uma ciência pura dissociada de uma ciência aplicada e, por isso, defendia um método geográfico que fosse resultado da aliança entre medições astronômicas, processos topográficos e o uso do telégrafo⁹.

Bhering pregava a necessidade da integração e defesa do território como uma verdadeira missão patriótica para resguardar a República (Duarte, 2011). Preocupando-se com os vastos sertões brasileiros, no oeste e norte do país, o projeto de Bhering cumpriria os principais objetivos práticos pleiteados no momento, quais sejam, a produção da carta, o impulso à modernização do país com a construção das linhas telegráficas e também o cuidado em retratar regiões que foram

⁹ Bhering acumulava grande experiência nesse âmbito, pois havia sido diretor da Repartição Geral de Telégrafos.

deixadas em segundo plano no passado. Outras metodologias seriam apenas impraticáveis e dispendiosas. Dessa forma,

[...] em meio a diversas polêmicas, este homem de estado procurou desenvolver ações que visavam reconhecer e cartografar o território brasileiro a partir da expansão da rede telegráfica e da utilização de métodos astronômicos. Olhando para o céu, Bhering procurou consolidar o “corpo da pátria” (Duarte, 2011, p. 15).

Segundo Bhering, a escolha dos processos de levantamento dependeria de três elementos que considerava essenciais: o custo, o tempo e a precisão. Assim, “[...] o melhor processo a adotar para o levantamento de uma dada região será o que melhores resultados proporcionar sob esse tríptico aspecto” (Bhering, 2012, p. 18). Clamando pela exequibilidade do projeto que defendia, Bhering dizia:

Vê-se, portanto, que é perfeitamente exequível o nosso projeto relativo ao levantamento da carta que, como dissemos, poderia ser considerada por muitos como sendo de luxo no prazo de cerca de 6 a 8 anos e pelo décuplo da despesa então calculada, atendendo-se, de um lado, à que agora se conta com mais 16 anos de trabalho da Comissão estadual, e de outro lado, à natureza dos processos modernos que propomos (Bhering, 1901 *apud* Figueirôa, 1987, p. 88).

Na Europa e Estados Unidos, nesse contexto, o foco prosseguia nas medições dos meridianos pelas redes de triangulação internacionais, visando a obtenção de dados para a melhor determinação da forma e grandeza do globo terrestre. Para Bhering, entretanto, acompanhar esse movimento no Brasil, “em que tudo está por fazer sob o ponto de vista geográfico” (Gomes, 2015, p. 116), era “abandonar o necessário para conseguir o supérfluo” (Bhering, 1901, p. 19 *apud* Gomes, 2015, p. 117).

Bhering se refere às produções das cartas até aquele momento como pinturas repletas de erros, questionando sua real importância e aplicabilidade. Ele preocupava-se com as áreas que denominava incógnitas geográficas, ou seja, áreas representadas com erros grosseiros ou com lacunas. Por isso, propugnava uma conferência dessas cartas com objetivo de

[...] mostrar a necessidade da colaboração de todos quantos se embrenham pelos sertões, pelos páramos extremos e centrais, fornecendo as informações, as pinturas que possuam, que algumas vezes se lhes afiguram sem importância, ingênuas mesmo, mas que, sendo verdadeiras, permitirão corrigir erros grosseiros, atenuar outros e preencher lacunas (Bhering, 1922, p. 31).

No que se refere à Minas Gerais, Bhering reconhece a grande produtividade da CGG, mas também a insere, juntamente com a comissão paulista, dentro da tradição de ciência pura a ser combatida. Criticava ainda os topógrafos mineiros que, segundo ele, não possuíam a habilidade necessária para incorporar as técnicas e métodos elementares ao seu ofício. No campo das políticas públicas,

aponta de forma irônica a correta decisão da extinção da CGG mineira, uma vez que estavam em um período de redução de despesas e os resultados obtidos com os trabalhos não eram satisfatórios para os objetivos geográficos e de limites pleiteados naquele momento (Gomes, 2015).

Por fim, ainda defendia que era preciso um maior entendimento entre o governo e as comissões, para que os serviços geográficos fossem priorizados em detrimento de outros campos como a meteorologia, a botânica e a geologia, considerados por ele como uma distração naquele contexto específico.

Orville Derby respondeu às críticas de Bhering defendendo a metodologia que utilizava em seus mapeamentos, qual seja, a descrição topográfica baseada no método de triangulação em escala 1:100.000, considerada consenso internacional, e que continha informações relevantes que atendia os interesses dos produtores agrícolas. O método telegráfico só seria eficaz para mapas em escalas menores e não para aqueles cujos detalhes eram necessários, como era o caso das comissões paulista e mineira.

Se é correto afirmar que a relação entre Derby e Bhering se desgastou em decorrência da morosidade do primeiro em divulgar a carta geológica do estado de São Paulo, a divergência entre eles era mais profunda. Ambos representavam duas visões conflitantes de ciência:

[...] de um lado, uma percepção mais romântica, tributária dos naturalistas do século XIX. De outro, a praticidade dos novos engenheiros e técnicos, então representados pela Escola Politécnica. Orville A. Derby, formado naquela primeira concepção, seguia um ritmo mais lento, ao mesmo tempo em que nutria interesses mais plurais, explicitados em sua obra diversificada e abrangente, que versava da história indígena a origens do povo paulista (Mahl, 2012, p. 304).

Soma-se a esse quadro, conforme Figueirôa (1987), o fato dessas disputas pela autoridade técnica também simbolizarem a divergência metodológica relativa aos levantamentos cartográficos que opunham à escola francesa (Bhering) à escola norte-americana (Derby).

Por outro lado, uma peculiaridade dessas polêmicas é que tanto Derby quanto Bhering se diziam herdeiros do mineralogista francês Claude-Henri Gorceix (1842-1919), embora tenham se apropriado de seus trabalhos de diferentes formas.

É curioso como uma controvérsia como essa expõe as múltiplas relações que nesse momento configuravam o campo da ciência e da técnica no Brasil, e como eram intrincadas e difusas as ideias e as articulações entre engenheiros e geólogos, brasileiros e estrangeiros, positivistas e não positivistas (Gomes, 2015, p. 122).

Em suma, os debates científicos aqui apresentados eram parte dos desafios presentes naquele momento histórico. Tais controvérsias, presentes nas primeiras décadas do século XX no Brasil, foram fundamentais para o desenvolvimento do campo científico dos estudos territoriais e determinantes para o reinvestimento na Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais na década de 1920.

5 O REINVESTIMENTO NA CGG DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1920

O contexto de intensas transformações econômicas e sociais ocasionadas pelo fim da Primeira Guerra Mundial e pela industrialização e urbanização em curso no estado, além da consolidação paulatina do campo científico sobre a leitura e classificação do território, impulsionaram uma série de iniciativas e discursos voltados ao retorno da Comissão Geográfica e Geológica em Minas Gerais e de seus objetivos. Também favoreceu esse quadro a renovação política representada pela eleição de Arthur da Silva Bernardes em 1918, dado que ele não esteve ligado intimamente à implantação do regime republicano e acabou por promover uma série de mudanças no estado (Viscardi, 2006). Assim,

[...] a aspiração de reorganizar a Comissão Geográfica e Geológica, que Nelson de Senna sinalizou em 1913, e que Raul Soares buscou remediar com o Sistema de Estatística de 1916, teve de esperar a chegada de Bernardes à presidência do Estado¹⁰ (Souza, 2017, p. 215).

O território mineiro ainda carecia de informações básicas para sua organização e os inflamados discursos parlamentares sobre o propósito dos serviços geográficos colocavam em pauta essas questões, além de reconhecerem que o reestabelecimento da Comissão poderia facilitar a resolução de diversos problemas econômicos e sociais enfrentados pelo estado. Isso fica evidente na fala do deputado Francisco de Paula Rocha Lagoa Filho, em 1919, que considerava a extinção da CGG um dos maiores erros cometidos pela administração republicana em Minas: “não fora a supressão dessa comissão e talvez já tivéssemos hoje o levantamento da carta topográfica do Estado, que para vergonha nossa ainda não existe” (Minas Gerais, 1919, p. 82).

Também corrobora com essas ideias, a realização, em 1919, do VI Congresso Brasileiro de Geografia. Organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, seu principal objetivo, conforme mensagem do Presidente Arthur Bernardes dirigida ao Congresso Mineiro, era “encaminhar a solução das questões de limites interestaduais” (Minas Gerais, 1919, p. 22).

¹⁰ Nelson Coelho de Senna (1876-1952) considerava inadiável o restabelecimento da Comissão Geográfica de Limites que havia sido idealizada no início da República para atender a pressão fiscal proveniente do sistema federalista (Senna, 2006). Essa demanda, entre outras, como a necessidade de industrialização do estado, teria levado Raul Soares de Moura (1877-1924), então secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas do governo estadual de Delfim Moreira (1868-1920), a criar o Sistema de Estatística em 1916, pois ele considerava que a falta de uma estatística privava os governos de atender as necessidades mais urgentes do estado (Viscardi, 2006).

Tais problemas das zonas fronteiriças continuaram a ser discutidos em 1920 com a realização da Conferência de Limites Interestaduais, no estado do Rio de Janeiro.

Conforme Gomes (2015, p. 144), “esse era um novo momento no tratamento das questões nacionais de integridade como base da nacionalidade, principalmente dada a aproximação das comemorações do centenário da independência”. Em outras palavras, mapear e organizar o território iria além de gerenciá-lo conforme as contingências. Essa era tanto uma oportunidade de resolver velhas questões territoriais pendentes, como de pleitear o poder simbólico, representado pelos mapeamentos, em meio à luta pelo poder nacional. Interessante notar que a preocupação em mapear e unir o território como forma de integrá-lo patrioticamente já havia sido sinalizada na defesa do método telegráfico de Francisco Bhering anos antes.

Durante o período de ausência de um programa cartográfico estruturado por parte do governo mineiro, nas primeiras duas décadas do século XX, as tentativas de mapear o território tinham se mostrado pouco específicas e, portanto, inviáveis. Na década de 1920, entretanto, há um momento de maior valorização e competência do saber técnico e científico aplicado às políticas públicas, que cada vez mais pleiteavam a retomada desse serviço tão importante.

Esse movimento soma-se a um novo projeto de República, que vai mobilizar esforços para a comemoração do centenário da independência em meio à crise de legitimidade dos governos oligárquicos e dado o gradual crescimento das organizações sociais emergentes no período (Viscardi, 2006). Como aponta Gomes (2015, p. 147), “o programa de mapeamento do estado, entendido como tarefa essencial do poder público estadual, teve êxito quando seus adeptos no Congresso Mineiro conseguiram transformar seus discursos em leis e dotações orçamentárias.”

O efeito desses fatores foi, no ano de 1920, o restabelecimento da CGG, tendo seu regulamento sido aprovado pelo Decreto nº 5.618, no ano seguinte.

O objetivo da Comissão, segundo Bernardes, era representar os limites com os estados vizinhos e entre os municípios, os rios, ribeirões, córregos, propriedades rurais, fábricas, engenhos, cidades, vilas, povoados, casas isoladas, capelas, estradas de rodagem e de ferro, estações telegráficas, altitude dos picos notáveis, quedas de água, relevo do solo, lagos, pântanos, navegabilidade dos rios, jazidas e melhor forma de aproveitá-las (Souza, 2017, p. 215).

A semelhança das atribuições da nova Comissão com a extinta em 1898 é um traço marcante nesse decreto, conforme consta nos artigos 1º, 2º e 11º¹¹:

¹¹ Reforçava o elo entre as duas comissões mineiras, a que existiu em fins do século XIX e a que foi recriada em 1920, a nomeação de Álvaro da Silveira para o cargo de diretor da nova CGG, visto que ele já havia sido diretor entre 1895 e 1898.

Art. 1º. A Comissão Geográfica e Geológica do estado de Minas Gerais tem por fim o levantamento da carta geográfica e geológica do estado.

Art. 2º. A carta geográfica será levantada por triangulação e caminhamentos por processos expedidos, devendo ser desenhada na escala de 1:100.000, segundo o método de desenvolvimento policônico.

Art. 11º. O serviço de levantamento será conduzido de modo a ligar-se convenientemente com o trabalho já executado pela antiga Comissão geográfica, extinta em 1898 (Minas Gerais, 1921, p. 5 e 8).

A produção de uma carta síntese do estado de Minas Gerais para a comemoração do centenário era um dos produtos imediatos previstos pela nova CGG. Entretanto, essa carta síntese foi entendida como um produto de outra natureza e foi atribuída à recém-instituída Comissão Mineira do Centenário (CMC), que passou a trabalhar paralelamente à CGG. Certamente, a carta que foi produzida em 1922 pela CMC, dado o curto tempo que os envolvidos no trabalho tiveram, foi bastante superficial se contrastada com os objetivos pretendidos pela CGG oitocentista e, também, pelo Regulamento 5.618 que recriou a CGG, uma vez que o pretendido era um mapeamento sistemático do estado pelo método da triangulação, com rigor e detalhamento, tratando também das riquezas minerais do território e dos componentes de sua paisagem física. Mesmo assim, as duas iniciativas por vezes uniram esforços, visto que eram fruto do mesmo quadro de administração pública e, portanto, compartilhavam informações técnicas e recursos (Gomes, 2015).

Baseado no que foi estabelecido pelo art. 11º do Regulamento nº 5.618, os trabalhos da nova CGG deveriam ser iniciados com a recuperação do material produzido pela antiga comissão e, posteriormente, ampliados (Minas Gerais, 1921). Os procedimentos técnicos e do trabalho de campo permaneciam os mesmos, mas foram acrescidos do grande interesse do governo mineiro pela exploração do potencial hidráulico e das reservas de combustíveis (Wirth, 1982)¹². A partir do ano de 1923, a CGG passa a ser também responsável pela autoridade técnica de redefinição dos limites intermunicipais, dado o prestígio conquistado com a produção dos seus mapeamentos em Minas.

Os trabalhos de triangulação da Comissão, que seguiam com grande velocidade, foram interrompidos em decorrência da revolução de 1930. A partir desse momento, um novo modelo de estado e gestão pública, pautados na maior intervenção estatal e na unificação econômica e administrativa como meio de superar as clivagens regionais, passou a ser construído (Gomes, 2015). A Comissão teve, então, seu nome alterado para Departamento dos Serviços Geográfico e

¹² Essa inovação era, inclusive, uma clara demonstração de que Minas Gerais estava comprometida na década de 1920 com um programa de crescimento econômico que passava pela modernização dos serviços públicos. Segundo Gomes (2015, p. 153), “essa demanda vinha desde meados de 1910, quando o interesse pela geração de energia nas hidrelétricas cresceu e reivindicou-se uma política pública nesse setor, isso envolveria o mapeamento das bacias e cachoeiras e a medição da sua capacidade de energia elétrica”.

Geológico no ano de 1932, o que se relacionava com outras iniciativas para alavancar, uniformizar e racionalizar o conhecimento e a gestão do território¹³.

Mesmo com a ampliação dos serviços geográficos e todo o investimento vinculado à recriação da CGG na década de 1920, o mapeamento geográfico e geológico de todo o estado de Minas Gerais, seu principal objetivo, não foi concretizado até a década seguinte, durante o governo de Getúlio Vargas¹⁴. As regiões cujos mapeamentos completos foram finalizados até 1930 correspondiam apenas às áreas estratégicas, as mais ricas e influentes do estado mineiro, enquanto as demais tiveram que esperar para terem seu território finalmente representado.

6 CONCLUSÃO

As políticas territoriais empregadas em Minas Gerais com a criação da Comissão Geográfica e Geológica do estado, em fins do século XIX, fizeram parte de um esforço para o conhecimento e gestão de um território que era marcado por intensas disputas e desigualdades sub-regionais, fatores que foram acentuados com a implementação do federalismo no início da República. A extinção da CGG, em 1898, acabou por retardar esse processo tão necessário à superação dos problemas estruturais do estado, em particular, a gestão das emancipações e limites municipais e interestaduais. Tendo suas atividades subordinadas a outros órgãos de estado nas duas primeiras décadas do século XX, as atividades cartográficas e geológicas de Minas Gerais só foram reestruturadas e voltaram a ganhar sua devida importância na década de 1920, quando a CGG foi recriada.

As discussões realizadas neste artigo buscaram demonstrar como esse processo de demarcação e unificação territorial fazia parte de um projeto político e social de modernização da sociedade conforme os ideais republicanos, além de representar a necessidade de consolidação de uma identidade para Minas Gerais visando a superação dos problemas de desagregação não resolvidos com a Proclamação da República. Mesmo relevantíssimo e urgente, esse processo muitas vezes fora adiado por motivos diversos, entre eles, a insuficiência de recursos gerados por problemas orçamentários do estado, por questões externas como a Primeira Guerra Mundial, pela Revolução de 1930 e pela divergência na consolidação metodológica do próprio campo científico que guiava os trabalhos.

¹³ Entre essas iniciativas podem ser citadas a criação do Instituto Nacional de Estatística (INE) em 1934, transformado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938, do Conselho Nacional de Estatística (CNE) em 1934 e do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) em 1937.

¹⁴ A Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que inspirou e compartilhou dificuldades e triunfos com a Comissão mineira, demorou 43 anos para mapear integralmente seu território, publicando seu primeiro mapa geográfico e geológico somente em 1929.

A guisa de conclusão, é necessário admitir que as atividades cartográficas desenvolvidas e as divergências políticas e científicas presentes nesse processo possuíam uma influência direta no uso e na ocupação dos territórios. Os aclamados debates demonstraram também que a modernização e o desenvolvimento do estado estavam diretamente ligados à gestão das questões municipais, que demandavam políticas públicas específicas.

A modernização política, a valorização do conhecimento científico, a consolidação dos campos aplicados à gestão territorial e o envolvimento dos políticos nos debates pela solução de questões inconclusas é que ocasionaram um ambiente propício para o retorno da Comissão e paulatina retomada da organização territorial mineira na década de 1920. Assim, as políticas territoriais devem ser entendidas como ferramentas utilizadas para materializar projetos políticos, que muitas vezes demonstram o grau de valorização ou não de certos campos disciplinares e de metodologias mais práticas ou mais teóricas.

Essas constatações tornam necessárias a realização de estudos mais aprofundados que examinem as relações entre política, ciência, gestão territorial, aparato legal e a atuação do Estado nesses meios, como se tentou realizar neste ensaio sobre o estado de Minas Gerais. Entende-se, portanto, que pensar as ações políticas públicas passadas seja também um exercício sobre as possibilidades de superação de demandas ainda atuais sobre o território e os arranjos organizacionais e sociais vigentes.

REFERÊNCIAS

AMADO, Eugênio Ângelo Arreguy (coord.). **Um século de atividades geocartográficas em Minas Gerais: a história do IGA**. Belo Horizonte: Cetec, 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=74650%20>>. Acesso em: 17 maio 2023.

BHERING, Francisco. **A geografia no Brasil: contribuição para o estudo do problema cartográfico no Brasil**. São Paulo: Typ. Carlos Gepke & Cia, 1901.

BHERING, Francisco. A geographia no centenário da independência. **Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, tomos XXV-XXVI-XXVII, 1912-1922, 1922.

BHERING, Francisco. **Memória**. Apresentada à Congregação de Professores da Escola Polytechnica. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1912.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 29 abril. 2024.

CONDÉ, Mario Lúcio Leitão. **Um papel para a história: o problema da historicidade da ciência**. Curitiba: UFPR, 2017.

COSTA, Alfredo; MATOS, Ralfó Edmundo da Silva. Modernizações em Minas Gerais. **Terra Brasilis**, Niterói, n. 13, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/5986>. Acesso: 30 jul. 2024.

DUARTE, Rildo Borges. **Incógnitas geográficas: Francisco Bhering e as questões territoriais brasileiras no início do século XX**. 2011 Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23042012-160641/pt-br.php>. Acesso em: 5 dez. 2024.

FAVATO, Deivid Dener Pereira Coelho. **A dependência fiscal de pequenos municípios em Minas Gerais nos anos 2000 no contexto do federalismo brasileiro**. 2018. 140 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgeog/Deivid.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. **Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886 – 1831)**. 1987. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

FURTADO, Bernardo Alves. Evolução da divisão territorial de Minas Gerais: os limites municipais desde 1711. **Geografia**, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 199-213, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1437/3528>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. **Mapas e mapeamentos: políticas cartográficas em Minas Gerais: 1890-1930**. São Paulo: Annablume Editora, 2015.

LUCIO, Silvana Tercila Maria Pettinato. **João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905-1931**. 2014. 350 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MAHL, Marcelo Lapuente. Orville Adelbert Derby: notas para o estudo de sua atuação científico-intelectual em São Paulo (1886-1915). **Revista de História**, São Paulo, n.167, p.295-320, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/49097>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MINAS GERAIS. **Colecção das leis e decretos do estado de Minas Geraes: 1891**. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1892.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 5.618, de 16 de março de 1921**. Approva o regulamento da Comissão Geographica e Geologica do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1921. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/busca/?filtro=&sort=&q=MINAS+GERAIS.+Decreto+n%C2%BA+5.618.+1921>. Acesso em: 6 dez. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 516, de 31 de agosto de 1910**. Restabelece a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, autoriza a supressão de cargos desnecessários nas demais secretarias e contém outras disposições. Belo Horizonte: ALMG, 1910. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/516/1910/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 3ª legislatura no ano de 1899**. Ouro Preto: Imprensa oficial, 1899.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo presidente do estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao congresso mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1919**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1919.

MINAS GERAIS. **Mensagem dirigida pelo Vice-Presidente do Estado de Minas Gerais Dr. Joaquim Cândido da Costa e Sena ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 3ª legislatura no ano de 1902.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.

SENNÁ, Nelson de. O orçamento e o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. *In*: GUSTIN, Fádua Maria de Souza; LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (org.). **Memória política de Minas Gerais**: Nelson Coelho de Sena. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006. p. 147-160.

SOUZA, Fabíola Sevilha de. **Astros, órbitas e poderes**: modernidade, desenvolvimentismo e modernização na Primeira República. 2017. 375 f. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AUHHY4/1/aop_sevilha_fabiula_tese_versao_final.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

SOUZA, José Gonçalves de. Introdução do relatório apresentado ao presidente Bueno Brandão pelo secretário de agricultura do estado de Minas Gerais. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, ed. 190, 11 de agosto de 1912, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&Pesq=%22n%c3%a3o%20exige%20grande%22&pagfis=29375>. Acesso em: 22 ago. 2024.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Raul Soares, itinerários de um articulador. *In*: GUSTIN, Fádua Maria de Sousa; GOMES, Maria do Carmo Andrade. **Memória política de Minas Gerais**: Raul Soares de Moura. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006. p. 35-54.

WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.